

Londrina, 12 de abril de 2023.

CT-101-20/23

AML – Associação Médica de Londrina / Comissão de Saúde Pública

Prezados,

O SUS E SEUS DESAFIOS

Contribuições e sugestões da Comissão de Saúde Pública da AML para melhorias

O Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios na fixação de profissionais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde os pacientes entram em contato com o sistema de saúde, justamente para receber o primeiro atendimento – a Atenção Básica. Portanto, a presença de um médico fixo na UBS por um período prolongado seria fundamental para o desenvolvimento dos programas de saúde dos governos municipais e estadual, como a medicina preventiva (prevenção do câncer de mama, de próstata, de DSTs, no pré-natal e planejamento familiar) e a puericultura (desenvolvimento infantil).

Encontramos crianças com alterações de desenvolvimento da linguagem e comunicação sem diagnóstico precoce, o que pode dificultar o tratamento. Um acompanhamento periódico pelo mesmo profissional permitiria um diagnóstico adequado e encaminhamento para intervenção precoce.

O médico de família, sendo fixo, pode cooperar e sinalizar para os vereadores e gestores problemas relevantes para a saúde naquela área, como saneamento básico, coleta de lixo deficiente e presença de vetores de doenças. Ele também pode cooperar na prevenção, educação preventiva e detecção de suspeita de violência doméstica (mulheres, idosos ou crianças), além de estar mais integrado com a comunidade de abrangência de sua UBS.

Pode, ainda, cooperar através de interações com os conselhos e promotorias, através de palestras e ações conjuntas na comunidade, nas diversas áreas da Saúde Pública, dada sua proximidade com as pessoas, os usuários em busca do atendimento médico. Mecanismos de interação: UBS, gestores, conselhos (Saúde, Idoso, Infância, Saúde Mental, Segurança Pública) e organismos sociais, promotorias e escolas de bairro.

Para que haja resolutividade na UBS, é necessário material adequado (aparelhos de pressão, eletrocardiograma, otoscópios, negatoscópios ou sistemas de visualização online, medicamentos, material de sutura e biópsia, carrinho de urgência/emergência), bem como pessoal capacitado para realizá-los (enfermagem e suporte no caso de complicações, como transporte definido e hospital referenciado). É importante definir fluxos e lista padrão de materiais UBS por porte de município, lista de pessoal na UBS por porte de município, padronizada para procedimentos (por exemplo, biópsias de lesões de pele, retirada de unha, retirada de lipomas e pequenas lesões de pele, miíases, lavagem de ouvidos) em parceria com associações médicas, REGULASUS, comitês técnicos do CRM e sociedades de especialidades médicas. Também é necessário um centro de manutenção de equipamentos SUS para consertos e descartes.

Uma vez que haja necessidade de encaminhamento para as especialidades, seria mais efetivo se houvesse um fluxo padrão e prontuário único no SUS. O prontuário padrão no SUS (municípios, estados federativos, nacional) facilita o acompanhamento dos casos, a troca de informações precisas entre unidades de saúde e profissionais (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos), as estatísticas de doenças por região via CID, a gestão de endemias e epidemias com informações instantâneas e o repasse e compartilhamento de informações. Poderia haver um sistema nacional com gestão local, como nas telefonias, com gestão de instalação, manutenção e atualização, em parceria com TIS e startups de tecnologia.

O protocolo de encaminhamento das especialidades pode ajudar a acelerar o agendamento das consultas, definindo corretamente a fila (rotina/prioridades 1, 2, 3), evitando o desperdício de consultas por falta de dados ou de exames importantes para a avaliação do caso pelo especialista e evitando gastos com exames desnecessários. Os protocolos facilitam os gestores a visualizar as filas adequadamente, prevendo gastos, buscando recursos para exames ou equipamentos fundamentais para o atendimento da população no município.



Eles também avaliam as contratações de especialistas mais iminentes e, se feitos por portes de município, traçam uma previsão de desenvolvimento da saúde na cidade, facilitando a correção de repasse de teto de gastos com hospitais, muitas vezes já defasados em muitas cidades após a pandemia. Esses protocolos podem ser desenvolvidos em parceria com associações médicas, CRM, associações de especialidades, faculdades, universidades e REGULASUS.

A partir da UBS, pode haver a necessidade de encaminhamentos para terapeutas ou para aquisição de próteses/órteses. Estabelecer fluxos definidos e, ainda melhor, um centro de reabilitação tipo coworking em parceria público-privada nos moldes de CEIR, Centrinho de Bauru ou Sarah Kubistchek, facilitaria a compra de equipamentos, a interação entre profissionais, a realização de perícias, o manejo de patologias multidisciplinares, o acompanhamento de doenças genéticas, doenças raras, síndromes, medicações e tratamentos de alto custo, o seguimento de sondas e ostomias, o preparo para próteses, as estatísticas, a redução de afastamentos e aposentadorias, a capacitação para o trabalho e readaptação, a manutenção de próteses, os consertos, as trocas otimizadas e as parcerias com indústria e comércio. Algumas instituições de referência para esse tipo de ação são CEIR, CISMENPAR, UEL, Santa Casa e Hospital Infantil de Londrina. É possível também estabelecer parcerias com universidades em geral, como UCAMP e UNASUS, para a educação continuada.

A política é o instrumento para boas conversas, consensos, equilíbrio e democracia, fundamentais para que as coisas aconteçam e saiam da teoria para a prática. Nosso objetivo é despertar a reflexão e o interesse dos nossos deputados pelo tema Saúde, integrando, por meio da conexão com seus partidos e integrantes, a participação na Comissão Parlamentar Mista da Saúde no Congresso, em prol de uma saúde universal, integral, com equidade, distribuição médica e de faculdades pelo país, baseada em dados de fluxos bem elaborados, portes de município e com a colaboração das entidades médicas regionais e nacionais. Assim como, projetar soluções a curto, médio e longo prazo e criação do PLANO DE CARREIRA MÉDICA.

Nos colocamos a disposição,

Cordialmente,

Dra. Cláudia Regina Sanches Vaz
Coordenadora – Comissão de Saúde Pública AML

WR